



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11466 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

MEMÓRIAS DE OUTRORA A ATUAÇÃO DO SESP COM A EDUCAÇÃO SANITÁRIA NA AMAZÔNIA PARAENSE (1942-1945) A PARTIR DAS FONTES DOCUMENTAIS

Amanda Carvalho dos Santos - UEPA - Universidade do Estado do Pará

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPESPA

MEMÓRIAS DE OUTRORA: A ATUAÇÃO DO SESP COM A EDUCAÇÃO SANITÁRIA NA AMAZÔNIA PARAENSE (1942-1945) A PARTIR DAS FONTES DOCUMENTAIS

Amanda Carvalho dos Santos

Pedagoga, Mestranda em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) na Universidade do Estado do Pará (UEPA). Integrante do Grupo de Pesquisa História da Educação da Amazônia (GHEDA).

Introdução

O interesse em discutir a educação sanitária, surge quando ingressei no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, da Universidade do Estado do Pará. Nesse período desenvolvi pesquisas em história da educação, educação patrimonial e história da saúde na Amazônia. Uma dessas pesquisas, que será brevemente apresentada neste texto, tratou da atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) com a educação sanitária na Amazônia.

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa, notei que os documentos consultados mostravam certa preocupação com a educação sanitária ainda no início do século XX. Na *Revista do ensino*, um periódico que tratava dos assuntos relacionados aos avanços e desafios

na educação de 1912, por exemplo, consta um texto escrito por Acilino de Leão, trata especificamente da “Hygiene Escolar”, o texto aborda a importância da educação sanitária nas escolas, onde “ Seria para desejar se não tolhessem, antes se ampliassem as incursões nesse sentido da hygiene escolar, pois a saúde das creanças é o promissor futuro da nação e da raça” (*Revista do Ensino*, v. 2. N. 8, 1912, p. 66).

No mais sobre a importância de se pensar a relação passado e presente, Bloch apresenta que a história não é uma “ciência do passado” já que “[...] a própria idéia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto de ciência é absurda” (BLOCH, 2002, p.52). Para Bloch, a história é uma ciência ‘dos homens no tempo’ e apresenta o presente como um caminho para entender o passado, o autor destaca, então, que “[...] a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente” (p. 55-66). Assim, os apontamentos de Bloch permitem realizar uma reflexão sobre o momento vivido com a pandemia do COVID – 19 e outras pandemias ocorridas no passado.

O ponto comum entre essas doenças é a forma como foram enfrentadas, buscavam repetir ações que se apresentaram eficientes contra pandemias anteriores. O distanciamento social foi o principal meio de prevenção indicado nessas situações, assim como as orientações médicas de higiene para a população. Nesse sentido, a análise do presente trabalho busca chamar atenção para os modos de prevenção das doenças no passado, desse modo, apresenta uma breve discussão sobre a relevância dos hábitos saudáveis para preservar a saúde.

Com isso, foram estabelecidas as seguintes questões investigativas: Como se constituiu a educação sanitária desenvolvida pelo SESP no Pará entre os anos de 1942 a 1946? De que forma se deu o estabelecimento do SESP no norte do Brasil? E quais as principais ações de educação sanitária foram adotadas nos primeiros anos de atuação do programa da Amazônia?

A partir das questões levantadas foram estabelecidos os seguintes objetivos; objetivo geral: Investigar de que forma se constituiu a educação sanitária desenvolvida pelo SESP no Pará entre os anos de 1942 a 1946. Os objetivos específicos são: a) Examinar o estabelecimento do SESP no norte do Brasil b) Pontuar as principais ações de educação sanitária adotadas nos primeiros anos de atuação do programa da Amazônia.

Método

No que se refere a metodologia deste trabalho, consistiu em levantamento, organização e análise de fontes bibliográficas e documentos sobre o referido objeto de estudo. Gil (2002, p. 45) destaca a pesquisa bibliográfica da seguinte forma: “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Nessa perspectiva, para compreender a educação sanitária no Brasil, o

estabelecimento do SESP na região norte do Brasil e as ações em educação sanitária no Programa da Amazônia, foi realizado um levantamento bibliográfico que pudesse auxiliar com a investigação. Nessa busca foram selecionados os seguintes autores: Ferreira (2012), Campos (2006), Bastos (1999), Stephanou (2000), Renovato e Bagnato (2010), entre outros, que se constituem, os autores bases dessa investigação.

No que diz respeito aos documentos Lopes e Galvão (2001, p. 77) aconselham que ao realizar uma pesquisa histórica o pesquisador precisa reconhecer que o passado “nunca será plenamente conhecido e compreendido; no limite, podemos entendê-lo em seus fragmentos, em suas incertezas”. Os documentos apresentam indícios que permitem a aproximação do passado. A pesquisa documental se refere a análise de fontes que ainda não passaram por um processo de análise do pesquisador. Assim, Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) afirmam,

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias (p. 6).

Essas autoras chamam atenção para a semelhança presente entre os referidos métodos de pesquisa. O ponto diferenciador entre elas é a fonte do material a ser analisado. Para a elaboração deste trabalho utilizei como fonte primária, documentos, os boletins e relatórios do SESP, e como fonte secundária foi utilizado artigos científicos, teses, dissertações e livros sobre a temática abordada.

Neste sentido, Le Goff (1990) compreende o documento como sendo uma produção social e cultural da sociedade, como um material da memória. O documento é uma produção da sociedade, podendo ser intencional ou não, que deixa traços de seu modo de vida. Cabe ao historiador decidir problematizá-lo a partir da realização de uma leitura do passado ou do tempo presente, para assim, buscar responder aos objetivos e propósitos de sua pesquisa.

Os documentos, assim, permitem ao historiador realizar uma análise das transformações ocorridas na sociedade, pois são vestígios deixados pelas sociedades passadas, são traços de um modo de vida. Nesse sentido, Bourdê e Martin (2018, p. 213) apontam que “[...] O contínuo vaivém entre passado e presente permite enriquecer o conhecimento das sociedades antigas e esclarecer a atual a respeito de si mesma”. Assim, compreender o passado, permite realizar uma reflexão sobre o presente. De modo a entender os fatores que moldaram a sociedade como conhecemos e como era no passado, bem como os processos de transformação da sociedade como um todo.

As fontes desta pesquisa compreendem a Revista do ensino e os boletins do SESP referentes aos anos de 1943 a 1949, o relatórios do SESP, do período de 1942 a 1945, localizados no acervo da biblioteca e do arquivo do IEC, e também o Jornal Folha do Norte,

de 1942 e 1943, levantado no Centro Cultural Tancredo Neves (CENTUR) na seção de obras raras.

Discussão e resultados

O SESP foi criado em 1942 a partir de um acordo entre o Brasil e os Estados Unidos. O país era um território estratégico para os norte americanos por causa da matéria-prima existente no território. Essa demanda por matéria-prima foi criada por causa da Segunda Guerra Mundial, particularmente, para ser utilizada na indústria bélica. A borracha e o minério de ferro foram os principais recursos produzidos no país. Contudo, as ações de educação sanitária só iniciam em 1943, quando o SESP cria o Programa de Educação Sanitária (Ministério da Educação e Saúde, Boletim do Serviço Especial de Saúde Pública - SESP, nº37, agosto de 1946).

A instituição iniciou suas atividades estabelecendo postos de saúde no Vale do Amazonas e no Vale do Rio Doce, onde estavam concentrados os serviços de exploração da borracha e extração de minérios, e também onde estavam concentradas as tropas estadunidenses. Em seguida o SESP instituiu acordos com os demais estados brasileiros para montar postos de saúde em todas as regiões do país, de modo a atingir o maior número de pessoas possíveis, nos locais mais distantes e de difícil acesso.

Campos (2006) aponta que o estabelecimento do Programa da Amazônia na região norte do país, buscava atender o acordo com os norte-americanos, pois sendo a região a maior produtora de borracha deveria garantir condições para os trabalhadores e militares. O Programa da Amazônia concentrou seus esforços nos locais em que ocorriam as extrações de borracha, e onde estavam instaladas as bases norte americanas.

A primeira dificuldade enfrentada foram os inúmeros casos de malária na região. Contudo, a preocupação com essa doença já existia antes mesmo da criação do SESP, como apresentado pelos relatórios de oficiais norte-americanos, entre outros estudos e levantamentos que estavam sendo realizados por órgãos brasileiros de pesquisa, como, o Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN), o Serviço de Estudo de Grandes Endemias (SEGE), o Instituto Osvaldo Cruz (IOC) e o Departamento Nacional de Saúde (DNS) (ANDRADE, 2007).

O SESP desenvolvia atividades diversas, dentre elas podemos destacar: serviços de saneamento, assistência médica, treinamento de profissionais para a saúde, serviços de educação sanitária, entre outros. Esse último foi uma das principais frentes de atuação do SESP, contudo, cabe destacar que esse serviço já recebia atenção do governo brasileiro. Nesse sentido, Cardoso (2009) ressalta que antes da criação do SESP, outras instituições já atuavam com educação sanitária. O autor indica ainda que estiveram envolvidas nesse processo, desde o início dos anos XX, instituições como: a Fundação Rockefeller, o Serviço de Propaganda e

Educação Sanitária (SPES), e o Serviço Nacional de Educação Sanitária (SNES), entre outras.

Ferreira (2012) reforça também que as discussões sobre saúde no Brasil já aconteciam bem antes do estabelecimento do SESP, indicando que logo nos primeiros anos do século XX, eram realizados intensos debates sobre as condições de saneamento do interior do Brasil. Isso ocorreu especialmente após o relatório produzido por Neiva e Penna, uma vez que relacionava a relação da causa das doenças às práticas insalubres. Assim, esses pesquisadores identificaram que somente o saneamento não seria suficiente para resolver o problema das doenças, seria necessário educar a população para a prevenção da doença. Assim, o autor destaca que:

[...] reforçam a interpretação de que o problema não seria resolvido apenas com saneamento, mas, principalmente, com instrução. Essa seria a única ferramenta que permitiria dar [...] conhecimentos necessários para que desenvolvessem, [...] hábitos de higiene [...] (FERREIRA, 2012, p. 107).

Nessa mesma linha de discussão, Maria Stephanou destaca que a educação seria uma das ferramentas utilizadas para prevenção de doenças. Stephanou (2006, p.36) aponta que nas primeiras décadas do século XX, foram desenvolvidas diversas ações de saneamento, visando amenizar os problemas de insalubridade sofridos pela população, entre as ações podemos citar a “educação e propaganda sanitária”. A autora faz referência aos manuais de saúde produzidos por médicos. Os materiais foram publicados em 1939 com a finalidade de educar os hábitos da população. Dessa forma, foi possível a circulação de informações sobre higiene e cuidados pessoais. E isso pode ser identificado como um exemplo de uma ação ligada à educação dos hábitos da população, formulada antes da criação do SESP no Brasil.

Campos (2006, p. 231) aponta que embora as ações do SESP tenham sido guiadas pela demanda oriunda da Segunda Guerra Mundial, foi necessário realizar ajustes nas suas atividades por conta da realidade brasileira. Condições precárias na estrutura sanitária do país, levaram o SESP a adotar a educação sanitária como um importante pilar da sua atuação. Tal medida foi necessária por acreditarem que as doenças estavam ligadas aos “maus hábitos” da população. Desse modo, a “[...] educação em saúde era considerada essencial pelos superintendentes do SESP [...]”, pois o ensino da educação sanitária poderia melhorar a qualidade de vida dos brasileiros.

O Programa de Educação Sanitária foi criado para dar assistência médica a população brasileira e as tropas norte americanas que foram enviadas ao Brasil. De modo a “educar e influenciar o povo para a prevenção de certas doenças”, e com isso, tornar a população consciente sobre sua higiene e saúde, buscando, assim, diminuir o número de doentes (Ministério da Educação e Saúde, Boletim do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP, nº8, março de 1944, p. 1).

As ações de educação sanitária do SESP não se limitavam aos Postos de Higiene, criados em cada comunidade para prestar assistência médica, tais ações se davam em espaços diversos, como escolas, clubes de saúde, além de promoverem cursos para esclarecer a população sobre práticas saudáveis. Bastos (1996, p. 333) ressalta que o SESP entendia ser preciso “desprofissionalizar a Educação para a Saúde, isto é, tirá-la do ambiente limitado dos serviços de saúde e levá-la por todos os meios possíveis ao povo”. Assim, é possível perceber que a instituição tinha o objetivo de acessar a população, por meio de ações educativas, e orientá-la para estimular um certo cuidado com a sua saúde, independente da idade e do local em que ela estivesse.

A criação do Programa de Educação Sanitária, em 1944, permitiu a organização de atividades para a população de acordo com cada ambiente e faixa etária de idade. Para isso a instituição estabeleceu quatro grupos alvo para suas ações, o primeiro era o público escolar, de modo a atender alunos e professores; o segundo era o público adulto, em seguida as comunidades e por fim, os profissionais de saúde para atuar na educação sanitária (CAMPOS, 2006).

Renovato e Bagnato (2010) destacam que por ser uma população sem a devida assistência, seria difícil a inserção de hábitos saudáveis. Por isso, a preocupação do SESP estava em considerar o contexto social e cultura do ensino nas escolas, pois a simples imposição do ensino sanitário não seria capaz de mudar as práticas das crianças.

Assim, seria necessário ao SESP promover ações de educação sanitária que fossem significativas para os alunos, para que levassem esses conhecimentos para além do espaço escolar. De acordo com Guimarães e Velardi (2008, p. 6) a promoção da saúde significa um conjunto de ações coletivas visando a prevenção das doenças, e conseqüentemente, a melhora da qualidade de vida da comunidade.

Conclusões

Neste texto, busquei discutir de forma breve alguns aspectos da trajetória histórica da educação sanitária na Amazônia, bem como o desenvolvimento dessas ações educativas na região norte. Para isso, utilizei os boletins do SESP referentes aos anos de 1943 a 1949, os relatórios do SESP, do período de 1942 a 1945. Essas fontes permitiram destacar as atividades desenvolvidas pelo SESP em educação sanitária, que visavam a mudança dos hábitos da população para prevenir doenças. A instituição buscou atuar com a população desde a idade escolar até a vida adulta. Nas escolas, as professoras receberam treinamento para instruir os alunos à práticas de higiene e a população adulta recebeu orientações a partir dos meios de comunicação e dos funcionários do SESP. Além de orientações sobre alimentação, cuidados com o corpo e modos de prevenir doenças como a malária.

Deste modo, o SESP foi uma instituição criada com a finalidade de prestar serviços

médicos e sanitários no Brasil, para atender principalmente os militares norte-americanos que se encontravam no país e para acompanhar a extração dos materiais de interesse do governo dos EUA. Para isso, a instituição instalou programas por todo país, um para cada região. Para região norte criou o Programa da Amazônia, assim, uma das principais ações desenvolvidas por esse programa foi a educação sanitária, que visava a orientação da população para a adoção de hábitos saudáveis de modo a prevenir doenças.

Assim a “A promoção da ‘educação sanitária’ no ‘Programa da Amazônia’”, foi uma das principais atividades desenvolvidas pelo SESP na região norte. Estabelecendo assim, uma importante relação entre saúde e educação, o SESP desenvolveu suas principais ações de educação sanitária na Amazônia. Entre essas ações, foi destacado os constantes treinamentos ofertados aos servidores do SESP e aos membros das comunidades que se interessavam pelo assunto ou que poderiam auxiliar nas atividades com a população. Também foi apresentado os diferentes modos de abordagem utilizados nas ações em educação sanitária, os diferentes espaços de convívio social e profissionais envolvidos nesse processo.

Palavra-chave: saúde; educação sanitária; Amazônia.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Boletim do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP, nº8, 2º quinzena, março de 1944. Acervo do Instituto Evandro Chagas.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Boletim do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP, nº37, agosto de 1946. Acervo do Instituto Evandro Chagas.

Pará, Revista do Ensino. 1912. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-12-13-19-40-20/revistadoensino>, Acesso em junho de 2019.

ANDRADE, Rômulo de Paula. **A Amazônia vai ressurgir! Saúde e saneamento na Amazônia no Primeiro Governo Vargas (1930-1945)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro 2007.

BASTOS, Nilo Chaves de Brito. **SESP/FSESP: 1942 – Evolução Histórica**. 2ª ed. Brasília: Fundação nacional de Saúde, 1996.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. 1 Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. (Coleção História e Historiografia)

- CAMPOS, André Luiz Vieira de. **Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- CARDOSO, José Leandro Rocha. **Educando os educadores: Ciências sociais e educação sanitária na experiência do SESP (1950-1960)**. Rio de Janeiro: s. n, 2009. 212 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2009.
- FERREIRA, Leonardo Costa. **Educação e Saúde na Primeira República: debates e reformas entre 1910 e 1920**. Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 4, n. 6, jan./jul. 2012.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ed. - São Paulo, Atlas, 2002.
- GUIMARÃES, Cláudia Cristina Pacífico Assis, VELARDI, Maria. **Da Educação Sanitária à Educação em Saúde: o caminho para a escola promotora de saúde**. 2008. Disponível em: acervo.paulofreire.org.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, São Paulo, Editora da Universidade de Campinas - SP, 1990.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira, GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- RENOVATO, Rogério Dias; BAGNATO, Maria Helena Salgado. **O serviço especial de saúde pública e suas ações de educação sanitária nas escolas primárias (1942-1960)**. In. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 277-290, Editora UFPR, 2010.
- STEPHANOU, Maria. **Saúde Pela Educação. Escolarização de Saberes Médicos na Primeira Metade do Século XX**. In: I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000, Rio de Janeiro, RJ. Programas e resumos dos trabalhos. Sociedade Brasileira de História da Educação, 2000. p. 327-328. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/node/82>
- _____, Maria. **Bem viver em regras: urbanidade e civilidade em manuais de saúde**. In. Educação Unicinos 10 (1): 35 – 44, Jan./Abr. 2006.
- SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, ano I, n. I. p. 1-14, jul. 2009.